

A economista e socióloga Inge Kaul dá continuidade ao tema "bens públicos globais". Desta vez, ela abarda os mecanismos de ação coletiva e propõe a criação de redes interparlamentares e de parcerias, sempre que as decisões tratem de interesse geral

Páginas 8 e 9

Água De olho no ouro azul

De olho no lucro do futuro, o Banco Mundial financia a preservação de uma das maiores reservas de água doce do planeta: o Aquífero Guarani. Com grande parte deste patrimônio em território brasileiro, o governo sanciona a Agência Nacional de Águas, que já nasce causando polêmica.

Páginas 6, 7 e 10

Da luta geral à luta específica. "Novo" embate sindical

A greve dos servidores federais chegou ao seu final. Mais uma vez as questões gerais não foram atendidas e o governo transfere a responsabilidade da negociação aos ministérios. Coerente com sua linha de ação e criando cada vez mais distorções salariais, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) propõe paliativos e reitera que alguns setores já receberam reajustes por meio das gratificações. Com a suspensão da greve dia 17 de julho, o governo se comprometeu a instalar, até 20 dias após, mesas de interlocução para ouvir e encaminhar as questões específicas de cada setor do serviço público. A perspectiva zero de reajuste linear aponta, no entanto, para possíveis concessões de abonos e gratificações às categorias que não tiveram nenhuma forma de compensação salarial.

A direção nacional da Andes-SN, juntamente com membros do Comando Nacional de Mobilização, esteve presente em audiência, dia 21 de julho, com o ministro interino da Educação, Luciano Patrício, e seus assessores. Na ocasião, foi relatada a insatisfação e a preocupação dos docentes com relação aos rumos da política universitária em curso, bem como o futuro da universidade pública. Patrício afirmou que seguiria as orientações definidas pelo Planejamento e que aguardaria instruções para a instalação da "Mesa de Interlocução".

Quanto à pauta dos docentes, revista e protocolada dia 30 junho, o ministro interino afirma que há diferenças profundas a respeito da universidade. Segundo os companheiros presentes à reunião, Luciano Patrício foi enfático ao dizer que a Universidade só terá futuro com o fim do RJU e a implementação do regime de emprego público via CLT. Assim, o MEC não tem nada a apresentar, até o momento, sobre a pauta de reivindicações dos docentes.

Pode-se avaliar, pelo relato dos colegas, que o fim da aposentadoria integral é condição indispensável para sanear a saúde do serviço público. O fato dos docentes aposentados do ensino superior receberem apenas 60% da GED e os aposentados do ensino fundamental e médio ficarem de fora da GID (clone da GED) corrobora com essa constatação.

Fica evidente que as questões gerais

da pauta unificada dos SPF's não são possíveis de serem atendidas, ainda mais com a desmobilização crescente. Uma pauta com questões específicas torna-se um caminho possível na atual conjuntura. A possibilidade de negociar com o MEC itens como a incorporação da GAE, expansão das vagas nas IFES, abertura de concursos para docentes, extinção da GED e da GID e sua transformação em salário, aumento dos percentuais de titulação, vale-alimentação, entre outros, deve ser apreciada pelas AD's e fazer-se constar na pauta da Mesa de Interlocução.

Como se sabe, a atual direção da Andes-SN, como em outros tempos, se apresenta contrária a tais negociações específicas, uma vez que seu lema é tudo ou nada. Ou derruba-se o governo FHC, ou é preferível ficar sem nada, apenas lamentando-se nas intermináveis reuniões das instâncias de nosso sindicato (o que parece ser razão existencial de alguns colegas militantes).

Qual posição tomará a direção, uma vez que algumas seções sindicais apresentaram a proposta de continuidade da greve específica do setor? O que fazer com aquelas mais mobilizadas e que não querem sair da greve sem nenhum ganho? Cabe, portanto, a todos os sindicalizados apresentarem suas idéias e posições nas assembleias gerais. É a base

da categoria que deve decidir os rumos para esse impasse. À direção nacional cabe encaminhar o que for deliberado.

Por fim, deve-se oportunizar o debate dos acertos e erros ocorridos nessa greve e os desdobramentos advindos de seu término. Ganhou-se em organização e integração. Nada foi ganho, ainda, em termos salariais e de condições de trabalho. Deve-se, neste momento, mobilizar-se para o debate das questões específicas, não esquecendo que por meio delas também estaremos fazendo a nossa parte, ou seja, defendendo a Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, razão pela qual estaremos unidos nessa luta.

Ou será que teremos um "novo" embate sindical, enquanto o governo FHC segue fiel à cartilha do Banco Mundial e implementa sua política de desmonte do serviço público e, por consequência, do Sistema Público de Universidades?

A ideologia perversa

"A tarefa atual dos intelectuais é tentar criticar esta hegemonia da retórica do livre mercado. Se possível, produzir outro tipo de slogans. O perverso da ideologia do livre mercado foi desqualificar todo o vocabulário, a linguagem e os valores dos partidos trabalhistas. Devemos manter os olhos abertos para uma crítica sistemática destes slogans hegemônicos." A advertência foi feita pelo professor da Universidade do Duke, Frederic Jameson, um dos mais prestigiados críticos culturais marxistas estadunidenses da atualidade, como prefere ser identificado. Ele foi um dos palestrantes da conferência internacional sobre os Limites do Imaginário, promovida pela Unesco e pela Universidades Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

Brasil no ranking

A América do Sul se encontra quase toda na zona intermediária no ranking do desenvolvimento humano, segundo relatório das Nações Unidas sobre qualidade de vida. Única exceção é a Bolívia, que fica na faixa média-baixa. Uruguai, Chile e Argentina se mantêm entre os países de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como França, Inglaterra e Estados Unidos, bem à frente dos demais latino-americanos. Junto com o Brasil, estão o Paraguai, Peru, Irã e Sri Lanka.

Fórum Social Mundial

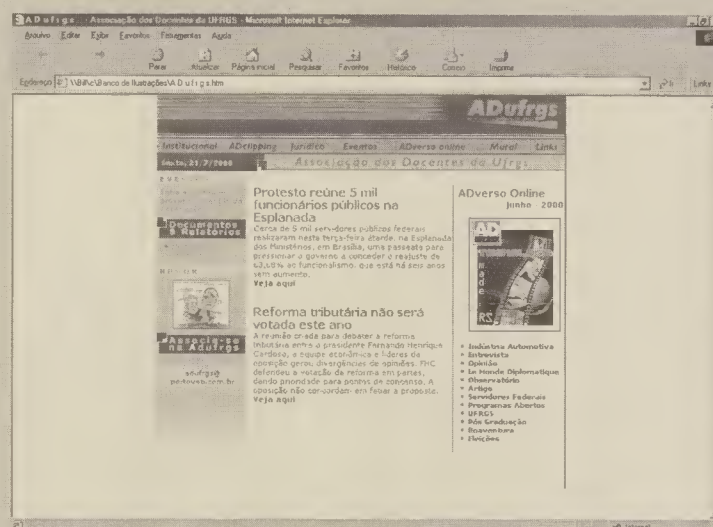
Foi lançado, no último dia 20, o Comitê Municipal para preparação do Fórum

Social Mundial – um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos –, que acontece em janeiro na capital gaúcha. Participaram do evento, representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Sem Terra (MST) e as organizações não-governamentais Attac e Cives, entre outros. O comitê pretende integrar outras entidades da sociedade civil no trabalho de organização e divulgação do Fórum.

Artigo 192: Liminar mantém vantagem

A Associação dos Servidores da Ufrgs (Assufrgs) e a Associação dos Docentes (Adufrgs) conquistaram liminares mantendo o pagamento da vantagem do artigo 192, II, do Regime Jurídico Único (RJU), para os aposentados em "final de carreira". A Assufrgs ingressou com ação apenas em nome dos servidores associados, já a Adufrgs decidiu abranger toda a categoria. A Justiça considerou que a mudança de critérios por parte da Ufrgs é "incabível", pois representa diminuição nos valores pagos aos aposentados, o que é proibido pela Constituição. A Ufrgs havia cumprido uma exigência do Tribunal de Contas da União.

Cara nova na Internet



Entrou no ar, em caráter experimental, o novo site da Adufrgs na Internet (adufgrs.org.br). A página, totalmente redesenhada, divulga relatórios e comunicados de relevância para os docentes, um clipping com atualização diária e um mural interativo, onde os internautas poderão deixar recados e propor temas para debate. Acesse a página e dê sua opinião pelo nosso correio eletrônico: adufgrs@portoweb.com.br



Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem: 5.500
exemplares
Impressão: Gráfica e
Editora Comunicação
Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.

Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)

Reportagem: Jéferson Assunção, Marco
Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch
e Vanessa Martins

Ilustrações: Mario Guerreiro
Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll



Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufgrs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufgrs.org.br>

CEITEC

Universidades terão papel decisivo

O Rio Grande do Sul está muito próximo de se tornar um pólo de informática em nível continental, um centro de referência para toda a América Latina. A previsão é do diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), Renato de Oliveira, ao avaliar a importância estratégica do recente convênio firmado entre o governo do Estado e a Motorola, que conta ainda com a participação de empresas privadas e universidades. A parceria pretende desenvolver pesquisas na área da informática visando à produção de chips. Segundo Renato de Oliveira, o objetivo do governo é apoiar projetos que surgirem na esteira deste, principalmente nas universidades. Para isso, a Fapergs promete apoiar pesquisas que venham a se agregar à iniciativa de impulsionar a geração de conhecimento e produtos tecnológicos na área da informática. Ele observa que o sucesso do convênio dependerá fundamentalmente das universidades, de sua capacidade de funcionar como fontes geradoras de conhecimento. Um dos pré-requisitos, defende, é que as universidades pressionem os poderes públicos para conquistar maior autonomia.

Ufrgs na vanguarda

Renato de Oliveira destaca o caráter inovador da parceria. Na sua avaliação, o convênio altera o paradigma antigo de atualização e desenvolvimento tecnológico de países do Terceiro Mundo, paradigma este caracterizado até então pela importação maciça de produtos acabados e tecnologias prontas. Agora, o objetivo é gerar tecnologia aqui, a partir de um trabalho de pesquisa de base que deverá ser realizado em universidades públicas e privadas. Ele destaca o papel da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) neste processo: "a Ufrgs deve assumir uma posição de vanguarda neste projeto, já que ela possui as pesquisas mais avançadas na área de informática no Estado, realizando trabalhos pioneiros no Brasil". O dirigente da Fapergs destaca também o papel que universidades como a PUC e a Unisinos desempenharão nesta nova etapa de políticas públicas de estímulo à pesquisa científica. Nos últimos anos, estas duas instituições vêm investindo pesado no setor de informática, realizando, entre outras coisas, um trabalho com incubadoras de empresas. Assim, as universidades poderão ampliar o horizonte estratégico permitido pelo convênio. "Não se trata de uma parceria como uma outra qualquer, mas de uma iniciativa que permitirá uma mudança de matriz estratégica", garante Renato de Oliveira.

Exemplo é a Irlanda

Ele observa ainda que esta estratégia de política pública é substancialmente diferente da adotada pelos governos anteriores. O que ela visa, acima de tudo, é a produção de conhecimento aqui no Estado, com apoio de empresas e universidades. O diretor da Fapergs identifica uma semelhança desta iniciativa com a política de inovação tecnológica adotada nos últimos anos pelo governo da Irlanda. Esta política envolve a implementação de um consórcio viabilizado pelo Estado, envolvendo empresas e universidades locais. Conforme os resultados concretos já verificados naquele país, este tipo de estratégia permite uma



Renato de Oliveira: mudança na matriz estratégica

larga margem de inovação que depende, fundamentalmente da capacidade interna de iniciativa. O objetivo maior é substituir o modelo de importação de pacotes tecnológicos fechados por um de produção de tecnologia e conhecimento.

Uma nova estratégia empresarial

Renato de Oliveira também vê nesta parceria a emergência de um novo tipo de estratégia empresarial. Destaca, neste sentido, a declaração do representante da Motorola que falou da disposição da empresa em assumir uma estratégia de risco. Este novo padrão estratégico reconhece que, no atual estágio de globalização da economia, os mecanismos tradicionais de subordinação econômica não funcionam mais de um modo eficaz. O diretor da Fapergs acredita que a possibilidade de uma empresa transnacional, como a Motorola, manter sua liderança no mercado aumenta na medida em que ela é capaz de descentralizar suas atividades em todo o mundo, partilhando estratégias de inovação tecnológica. O risco assumido pela empresa é que essa política pode gerar concorrência para ela própria, na medida em que o setor público consiga desenvolver produtos tecnológicos de ponta. Mas a empresa também pode se beneficiar neste processo, ao ampliar e diversificar sua área de atuação e também gerar novas tecnologias. Os mesmos riscos são assumidos pelos parceiros do convênio. A aposta básica de todos os envolvidos é que um trabalho conjunto entre os setores público e privado, passando pelas universidades, pode gerar conhecimento e tecnologias que beneficiem todos os envolvidos. "Quem mais ganhará com isso será a sociedade como um todo", aposta Renato de Oliveira.

O desenvolvimento de um pólo de microeletrônica no Rio Grande do Sul ganhou um importante apoio no último dia 19 de julho. O secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Adão Villaverde, em audiência com o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, recebeu a notícia que o governo federal irá apoiar o projeto gaúcho com verbas e linhas de crédito facilitadas. O ministro manifestou total apoio à iniciativa e disse que ela deve ser tratada com prioridade máxima.

JURÍDICO

Ação contesta "corte" da GID de aposentados e pensionistas de 1º e 2º graus

A Assessoria Jurídica da Adufrgs ajuizou no dia 10 de julho um mandado de segurança para evitar o corte de Gratificação de Incentivo à Docência (GID) concedida aos docentes de 1º e 2º graus desde janeiro de 2000. Na reedição da Medida Provisória que concedeu a vantagem, o governo acabou por excluir os servidores inativos, bem como as pensionistas dos falecidos. Com isso, o governo entende que pagou indevidamente a GID nos primeiros meses do ano e, por isso, está suprimindo a vantagem como também descontando o que foi pago.

O juiz Eduardo Gomes Philippsen, da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, concedeu parcialmente a liminar, ordenando que fossem evitados os descontos, mas não deferindo o restabelecimento da vantagem. A liminar abrange todos os docentes de 1º e 2º graus aposentados filiados ao sindicato.

A Adufrgs recorrerá contra esta decisão, tentando obter no Tribunal Regional Federal o prosseguimento do pagamento integral da GID como vinha sendo feito até hoje. A Ufrgs, provavelmente, também recorrerá buscando cassar a liminar no que toca à proibição de efetuar os descontos daquilo que foi pago até hoje.

CASO TRT/SP

Como funciona o Estado brasileiro

As gravações das conversas do juiz Nicolau dos Santos Neto com o alto escalão do governo e parlamentares são uma verdadeira aula sobre o como funciona o Estado capitalista. A participação ativa de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em esquemas de liberação de verbas superfaturadas está escancarada em diálogos inacreditáveis. Para o cidadão comum, a crueza com que o juiz foragido fala sobre crimes como tráfico de influência e malversação de dinheiro público é tão chocante quanto fiel ao trágico destino deste País.

Vale a pena conferir a transcrição das fitas ou ouvi-las no sítio www.istoe.com.br. Outra fonte interessante, que merece ser consultada, é a Folha de S. Paulo. Em duas edições, dias 20 e 21, o jornal publicou uma planta baixa do 3º andar do Palácio do Planalto até 1998. Ela mostra a proximidade do presidente Fernando Henrique Cardoso com o ex-secretário geral Eduardo Jorge, um dos principais envolvidos no escândalo do TRT paulista. A imagem é reveladora. Dispensa palavras.

PORTO ALEGRE

Utilização do Cais Mauá suscita polêmica

Vencedores do Concurso Público de Arquitetura para a reabilitação do Cais Mauá dizem que a Prefeitura "engavetou" projeto Porto dos Casais por questões "ideológicas"

Clube náutico, shopping, local de entretenimento para crianças, parque aquático, marina pública e privada, teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), cinemas, edifício comercial, hotéis cinco e três estrelas, terminal hidroviário e restauração e instalação de quatro restaurantes nos armazéns A e B fazem parte do ousado projeto do Complexo do Porto dos Casais.

Segundo os arquitetos Felipe Pacheco e Patrícia Moura, dois dos autores do projeto, em 1996, data do edital de licitação, o empreendimento previa um investimento de US\$ 100 milhões oriundo de empresas privadas. A condição básica, segundo Pacheco, era que o governo não tivesse despesas com a execução do projeto e que o complexo, depois de repassado à iniciativa privada, fosse auto-suficiente. A cessão seria feita através de arrendamento em contrato de 25 anos, podendo ser renovado por mais 25 anos. "O governo teria receitas não só com o pagamento das taxas de arrendamento, mas também com os impostos gerados", argumentam os arquitetos.

Apesar disso, a obra não foi executada. O projeto precisava da aprovação da Prefeitura de Porto Alegre, mas foi "engavetado", segundo Pacheco. Ele afirma que o único motivo alegado na Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) tem cunho ideológico. "Eles até reconheceram que o projeto era muito bom, mas explicaram que estavam estudando a possibilidade de utilizar aquela área para lazer ou como região portuária", diz Patrícia Moura. Para a dupla de arquitetos, a questão é partidária. "Outros concursos promovidos pelo governo anterior na área da arquitetura também foram ignorados pelo atual governo. Mas acreditamos que se fosse o inverso, se os partidos fossem outros, aconteceria o mesmo, não se trata de tyrannizar o PT ou santificar o PMDB", ressalta.

Para o secretário municipal de Planejamento, Newton Burmeister, o Projeto Porto dos Casais não saiu do papel por outros motivos. "A idéia de que o porto da capital ficou obsoleto, perdeu a sua funcionalidade econômica e, portanto, deve ser aproveitado em outras funções é equivocada", garante. De acordo com ele, "um estudo contratado pela Prefeitura e pelo governo do Estado mostrou que o cais Mauá tem um grande potencial econômico e pode ser resgatado". Burmeister considera, "no mínimo, risível" o argumento de que a Prefeitura, por questões ideológicas, teria se desinteressado pelo projeto. "O que existe são enfoques diferenciados sobre a mesma questão", argumenta.

O secretário informa, ainda, que do ponto de vista técnico, a avaliação é que "o projeto Porto dos Casais apresentava uma quantidade de elementos que congestionavam demais a área próxima à Usina do Gasômetro, dificultando o acesso ao local". De acordo com Burmeister, a Avenida Mauá já está operando no seu limite de capacidade. "O projeto também propunha um aterro muito violento, de cerca de 100 metros cúbicos. Os resultados dos estudos de hidrologia e do impacto ambiental não foram satisfatórios". Além disso, o secretário afirma que toda a região do Gasômetro já se constitui numa área bastante atrativa da cidade e, portanto, não precisa de grandes investimentos como previa o empreendimento.

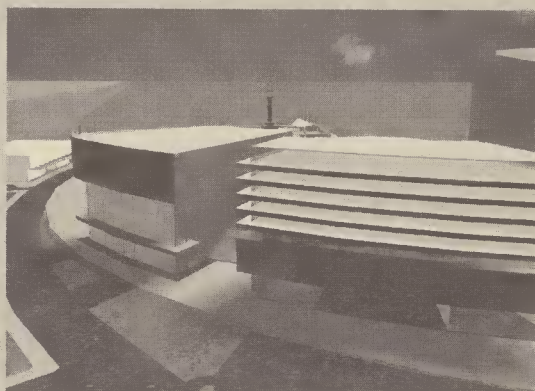
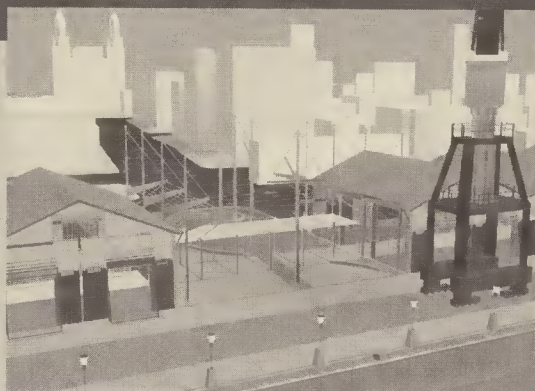
Os arquitetos reclamam que a própria estrutura dos concursos públicos deveria ter um dispositivo que assegurasse a execução dos projetos vencedores. "Isso

deveria ser garantido ao profissional, porque participar de um concurso é muito oneroso", diz Pacheco, que calcula em um milhão de dólares os investimentos de cada equipe.

Enquanto os arquitetos justificam o empreendimento pelo aspecto econômico, a Prefeitura defende a transformação do cais num local "verdadeiramente" público. "Eu sou muito mais favorável à apropriação imediata desse espaço pela comunidade, sem agredir o rio, sem causar impactos negativos e sem causar segregações, porque um hotel cinco estrelas não é um espaço público, é muito mais privatizado e seletivo", afirma o secretário.



Reproduções



Maquete eletrônica do projeto Porto dos Casais

Ao todo, são 140 mil metros quadrados de área projetada, desde o primeiro armazém (B3) até a ponta da Usina do Gasômetro. A extensão é de 1500 metros por 50 metros de largura, desde a borda do cais até o muro da Avenida Mauá.

De acordo com a avaliação técnica, encomendada pela Prefeitura e o atual governo do Estado, a quantidade de elementos projetados congestionariam a área junto à Usina do Gasômetro.

Um dos arquitetos responsáveis pelo projeto vencedor do concurso é o professor da Ufrgs Francisco Adomilli. Também integraram a equipe, os arquitetos Eduardo Neves e Daniela Corbellini.

BEIJING + 5

Cinco anos depois da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, na China, a Articulação de Mulheres Brasileiras publica o primeiro balanço nacional de políticas públicas para as mulheres no Brasil. O texto "O acesso das mulheres às instâncias de poder" faz parte deste documento

Acesso das mulheres ao poder ainda é difícil

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/1999), o Brasil está no septuagésimo nono lugar no que se refere aos indicadores de desigualdades entre os sexos na participação política. É uma situação mais desfavorável do que a de países como o Cazaquistão, as Filipinas e a Arábia Saudita. Para alcançar cargos mais altos nas hierarquias de poder as mulheres brasileiras precisam resistir ao forte traço cultural que ainda não admite, com facilidade, sua presença nessas posições de decisão e comando.

É preciso lembrar que o acesso das mulheres às universidades e o direito feminino ao voto são conquistas do século XX, urdidas na segunda metade do século XIX! Tem havido, a partir daí, um aumento gradativo do número de mulheres que obtêm títulos universitários, mas este crescimento parece não minimizar significativamente a tendência oscilante, entre conquistas e perdas subsequentes dos espaços hierarquicamente superiores no mercado de trabalho, ainda "reservados" quase exclusivamente aos homens. Como pano de fundo desta oscilação, está a reminiscência de fatores que ainda contribuem para limitar a ascensão das mulheres: formas prevaletentes de organização da família, onde as mulheres ainda são as principais – senão únicas – responsáveis pelas tarefas ligadas à reprodução (biológica e social); omissão do Estado quanto à criação de creches que poderiam aliviar a responsabilidade das mulheres na socialização das crianças; a violência doméstica que reforça sua subordinação; a abrangência ainda limitada de uma política consistente na área da saúde reprodutiva.

Mesmo capacitadas, a inserção igualitária das mulheres nos espaços de poder não prescinde de uma mudança cultural e política, que de fato as legitime enquanto autônomas e afeitas ao governo do mundo público. As mulheres negras nas mesmas condições enfrentam o adicional do preconceito racial e, para a maioria de mulheres em situação de pobreza, sem acesso a uma educação continuada e de qualidade, colocam-se barreiras extremas. Neste grupo estão em situação especificamente difícil as trabalhadoras rurais, com um contingente de 18 milhões que sequer dispõe de documentação que lhes identifique como tal.

- No poder Executivo, 45,53% dos cargos superiores de nível inicial estão ocupados por mulheres, mas tal participação cai para 13,24% quando se trata das 136 funções mais altas.

- Padrão semelhante se verifica na carreira diplomática onde as mulheres somam apenas cinco, num total de 98 embaixadores brasileiros, o que perfaz 5%.

- Nos governos estaduais, a situação não se alterou de 1994 para 1998. Em 1994, entre oito candidatas a governadora apenas uma foi eleita. Em 1998, continuamos com apenas uma governadora (reeleita), entre as 27 unidades da federação. Nas eleições de 1998, uma mulher negra foi, pela primeira vez, eleita vice-governadora.

- Apesar de totalizar 44% do funcionalismo público federal, as mulheres estão sub-representadas nas categorias e cargos mais elevados.

- Este quadro se altera nos governos municipais.

Em números absolutos, houve um crescimento de 76% entre 1993 e 1997. Passamos de 171 para 302 prefeitas, de um total de 5.506 prefeituras. Hoje, as prefeitas representam 5,6% do total de titulares dos executivos municipais.

- Somente na década de 70 as mulheres tiveram acesso ao Poder Judiciário Federal e, de acordo com a Associação dos Magistrados Brasileiros, em 1998 a Justiça Comum de primeiro e segundo grau contava com 152 juízas de um total 451, o que corresponde a 25,05%. Este dado contrasta com o fato de que, hoje, as mulheres totalizam metade do número de matrículas das escolas de Direito, além de representaram aproximadamente 40% das aprovações em concursos para a magistratura na Justiça Comum.

- A Justiça do Trabalho parece ser a porta de entrada mais provável na carreira da magistratura, já que as mulheres são 34% entre juizes desta instância. Não conseguimos dados sobre a Defensoria Pública ou sobre o Ministério Público, entretanto é visível o crescimento do número de defensoras e de promotoras públicas, cargos para os quais o acesso depende basicamente de concurso. Este parece não ser o caso quando a ascensão se dá por indicação, como nos tribunais superiores. Nestes, a presença das mulheres é mais rarefeita, o que é um indício de que o processo de indicação ainda contribui para manter as mulheres afastadas de determinados cargos. Em 1997, dos 93 cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal Militar (STM), apenas dois eram ocupados por mulheres, ambos no TST. Em 1999 foram indicadas e tomaram posse, pela primeira vez, duas ministras do STJ.

- No Poder Legislativo Federal, entre 1994 e 1998, houve uma diminuição do número de deputadas: de 33 para 29. Isto representa uma queda de 6,38% para 5,65% em termos de representatividade, num total de 513 deputados/as federais.

- A composição do Senado Federal se manteve estável, com seis mulheres entre 81 senadores/as.

- Segundo levantamento feito pela ONG feminina CFEMEA, nas Assembleias e Câmaras Municipais, a participação das mulheres aumentou em 31%. Entre 1.046 deputados/as estaduais e distritais eleitos/as, em 1994, cerca de 80 eram mulheres. Em 1998, este número subiu para 105, o que corresponde a 9,92% do total de 1.059 eleitos/as em todo o País. O resultado mais significativo, porém, ocorreu nas Câmaras de Vereadores que, entre 1993 e 1996, tiveram um crescimento de 111,86%, passando de 3.085 para 6.536 vereadoras eleitas.

Há estudos que procuram explicar os melhores resultados das mulheres nas disputas eleitorais municipais – tanto para o Executivo como para o Legislativo – alegando que a instância local é mais permeável à participação feminina. Apontam também que é frequente o atrelamento da atuação política à carreira de pais, maridos ou outros parentes do sexo masculino. Esses estudos sugerem também que o "município, na estrutura político-administrativa de um país, tem, para as mulheres, o mesmo sentido que o bairro, isto é, uma espécie de prolongamento do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de funcionamento do seu lar e no bem-estar de sua família".

Entretanto, nas oligarquias políticas, o atrelamento não é um fenômeno exclusivo das candidaturas femininas. E mesmo que reflexões desta ordem ajudem a explicar parte do aumento absoluto e relativo do número de prefeitas e vereadoras, é preciso levar em conta dois outros aspectos. Primeiro, o crescimento da presença de forma independente, ou seja, baseado na militância efetiva em partidos políticos e movimentos sociais. A emergência deste padrão, ainda que lenta, sinaliza possibilidades de mudança na cultura política patriarcal.

O segundo aspecto vem em consequência da adoção das Leis nº 9.100/95 e 9.504/97, que estabelecem respec-

tivamente: um mínimo de 20% das vagas de cada partido, ou coligação, para a candidatura de mulheres aos cargos de eleição proporcional no âmbito municipal; e no caso da segunda legislação, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para cada um dos sexos no preenchimento das vagas de candidaturas dos partidos ou coligações, aos cargos de eleição proporcional, no âmbito federal, estadual e municipal. Aplicada inicialmente nas eleições municipais de 1996, a Lei 9.100/95 parece ter provocado um impacto positivo, considerando os avanços no número de candidatas vitoriosas. Neste pleito, a campanha Mulheres sem Medo do Poder influenciou incisivamente para otimizar os efeitos da lei de cotas.



Reprodução

ÁGUA

Um tesouro feito de água

O presidente em exercício Marco Maciel sancionou dia 17, com quatro vetos, a lei que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), mais uma dessas agências como a Anatel (de telecomunicações) e ANP (de petróleo). A diferença é que ela vai tomar conta de um produto muito mais precioso do que tecnologia ou combustíveis. A polêmica fica por conta do poder que a agência e o governo federal terão. Afinal, da forma como está sendo estruturada, ela poderá fazer o que bem quiser com um patrimônio brasileiro que, se não parece valioso no presente, pode fazer muita falta no futuro.

Jéferson Assunção

A primeira polêmica em torno da Agência Nacional de Águas (ANA) começou antes mesmo do canetaço do vice-presidente Marco Maciel. Com os vetos, a ANA perde o direito de coordenar a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que ficará a cargo do Ministério do Meio Ambiente, hoje comandado por Sarney Filho. E trata-se de um grande poder. Afinal, o ministro passa a ser o principal responsável pela guarda de um patrimônio invejado no mundo inteiro: trilhões de litros cúbicos de água doce. Sarney Filho poderá, por exemplo, incluir, barrar ou acelerar projetos que muito o interessam, como a transposição das águas do Rio São Francisco. Outra medida que pode gerar uma certa desconfiança: Maciel também vetou a proposta inicial de que dirigentes da ANA fossem proibidos nos 12 meses seguintes à sua saída da autarquia de prestar, direta ou indiretamente, serviços a empresas fiscalizadas por ela.

Há séculos usando indiscriminadamente seu tesouro que soma a 1/5 de toda a água doce do mundo, o Brasil começou a se preocupar com o futuro de suas reservas só a partir da Constituição de 1988. Até então, a água de rios e lagos brasileiros era propriedade, não do Estado, mas de moradores e empresas que tivessem se estabelecido às suas margens. No entanto, a parte que pode ser vista dessa história ainda não é nada, comparando-se com o que está escondido. O que se vê é só a ponta do reservatório, apenas o que aflora de vastos e profundos lençóis. Como no restante do planeta, 97% da água doce disponível no Brasil são subterrâneas. Um estudo publicado na revista "Science" afirma que 1,75 bilhão de pessoas já enfrentaram a sede em todo o planeta. A publicação faz uma projeção de que, no ano 2025, 3,3 bilhões de pessoas não terão mais água para irrigação, o que é a atividade humana que mais consome líquido.

Se o Brasil tem o maior rio do mundo e tantos outros importantes, abriga 111 trilhões e 661 milhões de metros cúbicos de água, em reservas subterrâneas. Limpíssimas. Para se ter uma idéia: o Aquífero Botucatu, um dos maiores do planeta, conhecido como Aquífero Gigante do Mercosul, possui um volume de água suficiente para abastecer toda a população atual do mundo até o ano de 2400. Outro desses, no Nordeste, tem um volume de 18 trilhões de metros cúbicos de água, e poderia abastecer todos os brasileiros por pelo menos 60 anos.

Então, qual o problema, com tanta água boa para todo mundo? Entre outras questões preocupantes, anualmente perfuram-se no Brasil entre oito mil e dez mil poços – no mundo todo são 12 milhões de poços perfurados entre 1970 e 1995. Cerca de 90% das indústrias de São Paulo são abastecidas parcial ou totalmente por poços profundos. Conforme a revista americana World Watch, o número de poços perfurados na Índia passou de três mil em 1960 para seis milhões em 1990. Em Bangladesh há mais de um milhão de poços, 70% dos quais contaminados com arsênico natural. É

que o excesso de bombeamento pode causar a entrada de oxigênio atmosférico nos aquíferos, afirma a revista, "oxidando os segmentos de pirita de ferro e provocando a dissolução do arsênico". A revista Nature atribui o fenômeno a uma ação dos fosfatos do escoamento de fertilizantes sobre os microorganismos do solo, o que ajudaria a liberar o arsênico dos sedimentos.

Outros problemas são apontados no sítio da revista eletrônica "Aguonline" (aguaonline.com.br): poluições originadas há mais de 40 anos começam a aparecer em lençóis subterrâneos de várias partes do mundo, além de consequências de vazamentos de gasolina, que são outra ameaça aos lençóis freáticos. Pesticidas são um perigo que perdura por décadas. Além disso, a perfuração excessiva de poços em

regiões litorâneas pode provocar a salinização dos veios subterrâneos. Nesses locais, a água do mar penetra no aquífero e o torna salgado. São argumentos mais do que suficientes para que se tome rapidamente medidas de proteção a essas reservas. A questão é: como está sendo montada, a ANA conseguirá dar conta deste patrimônio? Ou não será mais uma forma de se apoderar de um produto cada vez mais necessário e caro no mundo todo?

Limpidez

Antes da sanção da lei que criou a ANA, o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Volney Zanardi Jr. alertava para o risco de a Agência Nacional da Água (ANA) concentrar poderes



Fotos de Zaira Machado e Gil Cufreze Gosh



Lençol Guarani é um dos maiores do mundo

Brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios estiveram reunidos do dia 12 a 14, em Santa Fé, Argentina, com técnicos do Banco Mundial (Bird) e do Global Environnmental Facility (GEF) para tratar de como cuidar de um patrimônio gigantesco. Eles conversaram sobre a gestão compartilhada de um dos maiores lençóis aquíferos do mundo, o Guarani (ou Botucatu), um manancial subterrâneo que se estende pelo subsolo dos quatro países. Sua área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados é do tamanho de França, Inglaterra e Espanha, juntos, com uma espessura média de 100 a 150 metros. De todo ele, 70% ficam no Brasil.

Exatamente por seu tamanho, o lençol é motivo de preocupação. Com o crescimento da população – o depósito subterrâneo percorre uma região habitada por mais de 15 milhões de pessoas – e o desenvolvimento industrial da região, os rios acabam recebendo grandes quantidades de poluição. O aumento da captação subterrânea, nos últimos anos, também põe em risco a preservação dessa água.

Quem propõe o projeto, chamado de Proteção Ambiental e Gerenciamento Sustentável do Aquífero Guarani, é o Bird. O banco vai entrar com US\$ 14 milhões a fundo perdido, mas o custo total será de US\$ 25 milhões, que terá execução da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse dinheiro vai para ações de combate à poluição e à exploração excessiva do aquífero. Dia 12 ocorreu a primeira reunião, com a instalação do conselho superior do projeto, formado por integrantes de ministérios de Relações Exteriores e do Meio Ambiente dos quatro países.

A maior parte do lençol fica no Brasil (2/3), nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Juntos, somam 840.800 km², ou 70,3% do total do lençol. As recargas do manancial subterrâneo ocorrem quando a água da chuva entra pelos seus pontos de afloramento, a maioria deles situada no Brasil, Paraguai e Uruguai. O Rio Grande do Sul ocupa lugar privilegiado no Guarani. De todos os Estados brasileiros, está em segundo lugar, atrás do Mato Grosso do

Sul, em área abrangida. São 13,2% do total da reserva, com 157.600 km².

O diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Volney Zanardi Jr., esteve participando da reunião em Santa Fé onde foram tratados aspectos como expansão e consolidação do conhecimento sobre o Aquífero Guarani, formas de estrutura de gerenciamento e participação pública. Coordenador da parte gaúcha do projeto, diz que uma das idéias do grupo presente ao encontro é concretizar mecanismos que facilitem o compartilhamento de informações entre os países, a expansão dos conhecimentos, a avaliação dos usos e tecnologia e um sistema multilateral de informação. Também estão previstos o uso sustentável dessas águas, a proteção ambiental e reforço das legislações sobre recursos hídricos nos quatro países. "O projeto vai evitar usos irracionais e a contaminação", fala.

Com relação ao financiamento do Banco Mundial, frisa que o banco tem investido bastante em questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente os que tenham impacto global, como é o caso da reserva de água. "É claro que há outras questões, outros valores, como o econômico, e até de lazer", afirma, mas, segundo ele, o que motiva o Banco Mundial é realmente a preservação, até porque o investimento é a fundo perdido. "Existem interesses econômicos, mas o principal é garantir o bem público, o que deve ser feito por parte do Estado".

Congresso mundial em agosto

De 31 de julho a 4 de agosto Fortaleza (CE) estará sediando o 1º Congresso Mundial Integrado de Águas Subterrâneas. No encontro, serão analisados, entre outros, os temas: Água Subterrânea em Rochas Fraturadas; Métodos Geofísicos – Desenvolvimento Aplicações, Avaliação e Gerenciamento de Aquíferos Costeiros, Gerenciamento Integrado da Água e Aspectos Legais; Uso e Proteção de Águas Subterrâneas; Interação de Águas Superficiais e Águas Subterrâneas em Bacias Hidrográficas; Água Subterrânea em Regiões Semi-Áridas, Hidrogeologia Ambiental, Águas Termas e Minerais.

Produto terá tarifas escalonadas

Com a ANA, o Brasil começa a dar os primeiros passos em direção ao uso mais sensato da água. Apesar disso, o governo tem sido pressionado por empresários, principalmente, contra a cobrança de tarifas. O líquido doce que antes brotava gratuitamente no quintal da empresa, de hoje em diante terá um preço. E salgado, principalmente para quem vive no Sudeste do Brasil. As tarifas para pagamento do produto serão escalonadas de acordo com a abundância de água na região dividida pelo número de habitantes. Na Amazônia, por exemplo, ninguém pagará pelo que beber, ao contrário do que ocorrerá com o Sul.

Até mesmo as hidrelétricas pagarão pelo uso das águas (0,75% do valor comercial da energia elétrica). O dinheiro arrecadado deverá ser reinvestido na bacia hidrográfica que o gerou. A meta é tratar esgotos e diminuir a poluição destes veios, o que não ocorre em 90% dos rios. Também deverão ser formados fundos para obras e projetos. O preço da água será definido pelos comitês de gerenciamento. Eles terão a participação de usuários (40%)

e Estado e sociedade civil (60%), controlados pela ANA e o Ministério do Meio Ambiente. Pelo projeto, os comitês ficarão com 92,5% dos recursos gerados, enquanto que a ANA fica com 7,5%.

O professor Mário Wrege diz: "É importante, porque o Estado é quem vai administrar a água. Se nós não tivermos cuidado, não vamos morrer de sede, vamos morrer é de fome". Ele integra um grupo que, junto com Governo do Estado, Ufrgs, e diversas entidades vai gerenciar nossas 11 bacias hidrográficas, divididas em Região de Guaíba, Região do Lago e do Uruguai.

Mário considera importante a organização e cobrança de tarifas. "De agora em diante, como a água é do Estado, para se fazer um poço, a pessoa terá que pedir uma outorga no órgão responsável. Assim ele entra para um banco de dados e se poderá saber quantos poços há, quanto se consome da água", explica Mário. Ele lembra que, até hoje, o consumo de água nunca teve um controle, diferente do que passará a ocorrer. "O uso da água vai ser organizado, como em um condomínio", diz.

Bens públicos globais

Mecanismos de ação coletiva

LE MONDE
diplomatiqueAD
VERSO

Inge Kaul*

O que é um bem público? A melhor resposta se encontra na definição do seu oposto, o bem privado. De modo geral, este é

objeto de trocas, durante as quais sua propriedade (ou uso) muda de mãos. Os bens privados possuem assim, na maior parte das vezes, as propriedades da exclusão e da rivalidade (nem todos podem usufruir deles ao mesmo tempo). Para os bens públicos, é exatamente o contrário: eles se caracterizam pela ausência da exclusão e da rivalidade. A placa com o nome de uma rua não é objeto de uso e adquire todo seu valor quanto maior for o número de pessoas que a consultarem. Seria difícil, custoso e ineficaz tentar restringir seu uso a um grupo reduzido de pessoas. O ar puro tem as mesmas propriedades.

Mas quem fornece os bens públicos? Uma vez criados, todos podem aproveitá-los. A estratégia "racional" para os atores privados é deixar a iniciativa para os outros, e depois usufruir dos bens sem ter contribuído para sua criação. Sem algum tipo de mecanismo de ação coletiva, sua produção corre o risco de ser insuficiente, em razão do fenômeno do "carona" (*free rider*), que aproveita um determinado bem sem contribuir para sua elaboração ou manutenção.

Os mercados e o Estado como instrumentos

O Estado desempenha freqüentemente um papel importante neste processo, mas outros atores são igualmente essenciais. Retomemos o exemplo do "ar puro". O Estado pode estabelecer uma regulamentação e controles para evitar a poluição. Mas são atores privados, negócios e empresas, que devem fornecer ar puro limitando sua produção de poluentes. Os fabricantes de automóveis, por exemplo, têm sido levados a ajustar seus mecanismos produtivos para se conformarem a normas ambientais mais estritas. Dito de outro modo, o caráter público de um bem está relacionado à natureza de seus

benefícios – à sua característica de não-rivalidade e não-exclusão. Sua produção, em muitos casos, envolve tanto o Estado quanto agentes privados.

O equilíbrio entre "público" e "privado" não é, pois, somente um problema de equilíbrio entre o Estado e o mercado. Os mercados e os Estados são instrumentos, e cada um desses instrumentos pode produzir tanto bens públicos (pensemos nas redes de comunicação) como bens privados (energia, televisores, armamentos etc.). O importante, para o bem-estar das populações, é encontrar o bom equilíbrio entre os bens públicos e os bens privados, e, no contexto da globalização, o bom equilíbrio entre bens públicos locais e globais.

Uma cooperação possível

Os bens públicos globais são aqueles cujos benefícios ultrapassam as fronteiras, quer se trate de fronteiras entre Estados, gerações, populações ou entre ricos e pobres. Eles fazem parte de um conjunto mais amplo de bens públicos internacionais que incidem sobre uma outra sub-categoria, a dos bens públicos regionais. A erradicação, em 1977, da varíola é um bom exemplo disso. Uma vez vencida a doença, toda a humanidade se aproveita disso, as gerações atuais e as futuras, os ricos e os pobres.

Em escala nacional, o papel do Estado é o de intervir para facilitar a ação coletiva que permita frear a produção de males públicos (como a poluição, o excesso de ruído ou a criminalidade), ou impulsionar a produção de bens públicos. Em escala internacional, o Estado não tem equivalente. No entanto, a cooperação em torno da produção de bens públicos globais é possível. Uma vez que os povos admitam a importância destes bens em sua vida cotidiana, isso tornará politicamente possível estabelecer laços entre políticas locais e nacionais, através de acordos internacionais.

A equidade é o elemento importante

No entanto, é preciso reconhecer que o caráter público de um bem não implica automaticamente que

todas as pessoas lhe atribuam o mesmo valor. Para pessoas pobres, por exemplo, que não podem viajar para o exterior, pode não ter grande valor a instituição de um passaporte internacional livre. Elas podem preferir a adoção de um sistema global de saúde ou de um regime de livre mercado (no caso de pequenos agricultores, por exemplo) para que seus produtos possam ganhar novos mercados. Outras pessoas podem dar mais valor ao controle do terrorismo internacional ou à estabilidade dos mercados financeiros. Apesar destas possíveis diferenças, o estabelecimento de uma agenda global de bens públicos é importante para definir que prioridades, dos diferentes grupos populacionais, podem ser compatibilizadas num sistema de igualdade. Outra observação importante a se fazer é que público não é sinônimo de acessível, principalmente para as populações pobres. A Internet coloca este desafio. E, além deste, há muitos outros, como a possibilidade de construção de um regime de livre comércio global num mundo desigual. Um tal regime pode muito bem levar à situação de "bateu, levou". A equidade é um importante elemento de uma efetiva estratégia de bens públicos globais.

Mas para assegurar a participação de todos os níveis do Estado, assim como das empresas e organizações da sociedade civil e dos cidadãos, dois elementos são necessários: convites eficazes de engajamento e um sistema de vigilância com credibilidade, permitindo verificar que cada um cumpra sua parte do contrato. No domínio das mudanças climáticas, este é justamente o objetivo do protocolo de Kyoto. E, para incentivar a redução da emissão de gás CFC (clorofluorcarbono), o protocolo de Montreal oferece também uma recompensa bem identificada – subvenções aos países pobres – e um sólido porrete – as sanções comerciais. Se o melhor argumento para a cooperação internacional é freqüentemente de natureza moral e ética, parece não ser aconselhável negligenciar as represálias econômicas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRS		ADUFRS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRS	
CNPJ nº 00.757.204/0001-61		FOLHA 2	
BALANÇETES - VALORES MENSIAIS - 2000		RUBRICAS / MESES	MAI
			ACUMULADO
RUBRICAS / MESES	MAI	RECEITAS	488.977,70
ATIVO	1.711.389,04	RECEITAS CORRENTES	777.794,73
FINANCEIRO	1.491.056,18	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	58.961,02
DISPONÍVEL	1.398.773,76	RECEITA VENDA DE MATERIAIS	327.378,31
Caixa	3.588,76	RECEITAS PATRIMONIAIS	12.187,75
BANCO	381.723,78	RECEITAS FINANCEIRAS	12.187,75
APLICAÇÕES CAUQUIZ/IMEDIATA	624.466,91	RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	600,00
REALIZÁVEL	181.281,38	RECEITAS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	387.978,88
CRÉDITOS A REALIZAR	181.281,38	PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	387.978,88
DEVEDORES	9.122,35	OUTRAS RECEITAS	150,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	188.458,82	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.506,98
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.467,78	OUTRAS RECEITAS	1.156,04
PREMÍOS DE SEGURO A VENCER	1.208,60	DESPESAS	95.892,38
ATIVO PERMANENTE	228.333,88	DESPESAS CORRENTES	85.822,38
IMOBILIZADO	217.854,82	DESPESAS COM CUSTEIO	29.816,29
BENS MÓVEIS	66.040,00	DESPESAS COM PESSOAL	15.510,58
BENS IMÓVEIS	187.187,83	DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.007,81
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	47.273,00	DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.542,31
DIFERIDO	2.379,06	DESPESAS COM IMPOSTOS/TAXAS/JUNTAS DIVERSAS	424,34
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.758,88	DESPESAS LÍQUIDAS	118,58
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	418,82	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.168,49
PASSIVO	1.264.592,04	DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	9,00
PASSIVO FINANCEIRO	218.648,82	ENCARGOS FINANCEIROS	4,02
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	206.188,80	DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	47.891,29
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	4.488,82	DESPESAS COM PESSOAL	132.000,06
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.808,36	DESPESAS COM VEICULAÇÃO	398,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	199.895,72	DESPESAS COM VIAGENS	25.631,83
CRÉDITOS DIVERSOS	10.858,72	DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	47.747,61
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	10.858,72	DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	290,00
PROVISÕES ENCARGOS C/PESSOAL	10.858,72	DESPESAS CONTR. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	5.821,00
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42	DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	14.445,34
ATIVO LÍQUIDO REAL	808.950,40	DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	58,00
RESERVAS	438.793,02	DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	18.316,00
SUPERÁVIT ACUMULADO		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.811,70
		CONTRIBUIÇÕES PARA A ANES	3.405,00
		CONTRIBUIÇÕES PARA A OUT	10.227,00
		RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	373.155,32
		RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	446.787,80
		CARLOS SCHMIDT	446.787,80
		PRESIDENTE	
		NINO H. FERREIRA DA SILVA	
		CONTADOR - CRP 114118	

World
Social
Fórum

January 25 - 30, 2001. Porto Alegre, RS, Brazil.

Fórum Social Mundial

UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

Os que promovem a atual ordem mundial estarão, como sempre, reunidos em Davos, na Suíça, no Fórum Econômico Mundial. Os que se contrapõem em todos os países ao "pensamento único" e estão construindo alternativas a ele, estarão reunidos, simultaneamente, em Porto Alegre, Brasil, no Fórum Social Mundial.

Para habituar os legisladores à tomada de decisões numa perspectiva internacional, a criação de redes interparlamentares e de parcerias, em caso de decisões de interesse geral, pode ser uma via fértil a explorar

Por uma "diplomacia parlamentar"

Inge Kaul*

Os riscos mundiais não passam de "preocupações", e há coisa melhor a fazer do que simplesmente se "inquietar" com eles. A ação coletiva em escala planetária requer uma nova concepção da noção de cooperação, que permita envolver todos os níveis (local, nacional ou regional) de decisão. Uma medida útil seria estabelecer, em todos os ministérios nacionais que se ocupam de questões de alcance internacional, um sistema orçamentário e de programação duplos, que permitisse distinguir nitidamente as atividades puramente nacionais daquelas que envolvem cooperação internacional. As responsabilidades e os orçamentos de todos os atores públicos poderiam ser reorganizados da mesma maneira, em particular nos municípios. De modo que cada tipo de atividade poderia ter um orçamento adequado às suas necessidades reais.

A "diplomacia parlamentar"

Um tal passo na direção da abolição da divisão tradicional entre "interior" e "exterior" não encontrará apoio parlamentar a menos que os legisladores concordem em olhar sistematicamente para além de suas fronteiras e adotem uma maior flexibilidade no uso que fazem de seus poderes. O fato

do Estado-nação ser territorialmente definido e limitado não deve impedi-lo, quando for o caso, de intervir, enquanto tomador de decisões, no cenário internacional por meio de tratados. E no plano interno, pela observância e promulgação de leis de acompanhamento.

Para habituar os legisladores à tomada de decisões numa perspectiva internacional, a criação de redes interparlamentares e de parcerias, em caso de decisões de interesse geral, pode ser uma via fértil a explorar. A União Parlamentar Internacional já tem dado um nome a estas iniciativas: "a diplomacia parlamentar".¹ Podemos imaginar também que as delegações representativas dos Estados-membros das Nações Unidas sejam compostas e dirigidas principalmente por parla-

mentares nacionais. A ONU poderia assim evoluir na direção de uma organização interparlamentar dotada de um papel de vigilância política. As delegações de Estados-membros, ao lado das agências técnicas do sistema ONU, poderiam continuar a ser recrutadas nos ministérios de seus respectivos setores. Ligações mais estreitas entre os domínios técnico e político poderiam ser tecidas graças a uma melhor informação.

"Relações internacionais e globais"

As medidas preconizadas acima teriam uma incidência importante sobre as estruturas atuais de um grande número de Estados, especialmente sobre os ministérios de Relações Exteriores e na definição do papel da diplomacia tradicional. Certos países (Canadá, Japão, Malásia e México) vêm realizando experiências interessantes neste sentido, seja delegando maior responsabilidade em matérias de relações exteriores aos ministérios especializados, seja atribuindo maior competência setorial às relações exteriores.² Substituir a expressão "relações exteriores" por "relações internacionais e globais" permitiria afirmar e tornar mais conhecida esta nova abordagem.

Traduzidos por
Marco Aurélio
Weissheimer



Mario Guerreiro

* Economista e socióloga, diretora do Departamento de Estudos sobre o Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este artigo completa a obra *Global Public Goods. International Cooperation in the 21st Century*, dirigida pela autora, com Isabelle Grunberg e Marc A.

Stern. Editado por Oxford University Press, New York, 1999.

1. Ler, de Anders B. Johnson, secretário-geral da UPI, "Parliamentary dimensions of the United Nations", UN Chronicle, Nova York, Julho-Agosto de 1999. Veja também na Internet o site

<http://www.ipu.org>.

2. Ler Foreign Ministries. Change and adaptation, org. por Brian Hocking, ed. MacMillan Press, Londres, 1999. O trabalho examina inúmeros exemplos deste tipo de ajustes em países industrializados e em países em desenvolvimento.

ÁGUA

De olho no lucro futuro

A água é e será cada vez mais cara. De olho no "ouro azul" do século XXI, as multinacionais, os governos aliados a elas e o Banco Mundial já tramam a repartição das fontes e dos mercados

O fundador e secretário do Comitê para o Contrato Mundial da Água, presidido por Mario Soares, Ricardo Petrella, publicou no mês passado o artigo "A Nova Conquista da Água – Direito ou Mercadoria", no *Le Monde Diplomatique*. No artigo ele alerta para o interesse cada vez maior de grupos econômicos sobre a "mercadoria água", e comenta resultados do 2º Fórum Mundial pela Água. Realizado em Haia, na Holanda, de 17 a 22 de março, o encontro foi organizado pelo governo holandês por iniciativa do Conselho Mundial da Água. Conforme Petrella, essa organização foi criada em 1994 com o auxílio do Banco Mundial, de alguns governos (França, Holanda, Canadá etc.) e de empresas (tal como a Suez-Lyonnaise des Eaux), e em 1996 "se atribuiu o objetivo de definir uma visão global sobre a água de longo prazo, que serviria de base a análises e propostas visando uma política mundial de água".

Foi o Banco Mundial – o mesmo que está financiando o projeto de conservação do Aquífero Guarani, um dos maiores do mundo e que fica no subsolo de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – que promoveu esta organização. Conforme Petrella, o Bird também apoiou a criação da Global Water Partnership (GWP), ou Parceria Mundial pela Água, que tem como tarefa favorecer a aproximação entre as autoridades públicas e os investidores privados; "O GWP é presidido pelo vice-presidente para investimentos do Banco Mundial", informa Petrella em seu artigo.

Em agosto de 1998, foi criada a Comissão Mundial para Água no Século XXI, responsável pela "visão global da água", e teve um esquema para sua ação apresentado em

Haia. Os ministros participantes da conferência, vindos de mais de 100 países, aprovaram uma declaração que deverá sancionar a legitimidade da "política mundial para a água" para os 15 a 20 próximos anos. Diz Petrella: "Assistiu-se no decorrer dos anos 90 à implantação de uma espécie de estado maior global da água. Formalmente as empresas privadas estão representadas nessas diferentes estruturas apenas pelo presidente da Suez-Lyonnaise des Eaux (enquanto membro da Comissão) e por altos funcionários da Vivendi-Générale des Eaux. No entanto, o mundo dos negócios e das finanças é onipresente, por meio dos especialistas que, na maioria dos casos, estão ligados a ele. O capital privado está assim solidamente instalado nas esferas de decisão".

Conforme o articulista a nova "conquista da água" está sendo conduzida, desde o fim dos anos 70, a partir de três princípios, como a mercantilização, a privatização e a integração oligopolista mundial entre os diversos setores: água potável, água engarrafada, tratamento de água e bebidas gaseificadas. "Isto tudo num contexto de lutas pela hegemonia do mercado e de conflitos entre os Estados", afirma.

Bem econômico

O estado-maior mundial trata a água como um bem econômico. E seu pretexto de que esta é a única maneira de combater eficazmente a escassez seria o aumento rápido de preço. "A água tornou-se cara, e mais se

nal de um recurso raro através da 'justa' remuneração do investimento, o que permitiria – é o que dizem – reduzir o desperdício, bem como combater a poluição e a contaminação."

Gestão pública inadequada

Resumindo: dessa perspectiva, uma gestão pública seria inadequada e ineficaz. O conveniente seria a transferência dessa água para empresas privadas. "Esta política está em perfeita coerência com a desregulamentação e a privatização – que estão se generalizando em todo o mundo – dos serviços públicos de base: gás, eletricidade, transportes urbanos, telecomunicações, correios. A privatização da água representaria a última fronteira do fenômeno de acumulação do capital e do lucro na mão de empresas chamadas *multi-utilities*, sendo as empresas francesas exemplo particularmente bem-sucedido e entre os mais avançados quanto à sua inserção na globalização", fala.

Para Petrella, a mercantilização da água desemboca numa terceira dinâmica, que é a integração entre todos os setores pela hegemonia para um oligopólio mundial. "Cada um desses setores – água potável, água engarrafada, bebidas gaseificadas, tratamento de esgotos – tem no momento seus protagonistas, suas especialidades, seus mercados, seus conflitos". Petrella lembra que as empresas de serviços de água potável estão cada vez mais presentes no tratamento dos esgotos e que começam a se interessar pelas águas de síntese e pelas purificadas.

"Elas poderiam, no futuro, querer dividir os mercados de bebidas gaseificadas, onde Coca-Cola e Pepsi Cola são as todo-poderosas. A emergência de conglomerados *multi-utilities* em escala mundial apenas acelerará a lógica de integração e de confronto, se os poderes públicos nacionais e internacionais abandonarem a água às leis do mercado e da concorrência." E pergunta: nestas condições, o que restará do acesso à água, "um direito vital de toda pessoa e toda comunidade humana? Que restará também do interesse geral da coletividade e da coesão social e territorial? É certo que a estatização da água por poderes públicos ditatoriais, expansionistas, militaristas ou corrompidos é tão indesejável quanto a mercantilização, a privatização e a integração oligopolista mundial."

Para Petrella, é urgente definir e implantar um novo uso público da água. Segundo ele, esse movimento deve começar pela Europa, onde as coletividades devem assegurar, além das funções de orientação e de controle da propriedade e dos serviços de água, sua gestão direta. "Reapropriar-se do conhecimento, do saber tecnológico, das especialidades, da capacidade de avaliação das escolhas torna-se indispensável e requer uma grande mobilização dos cidadãos", acredita.



tornará no futuro, o que fará dela o 'Ouro azul' do século XXI",

prevê. Petrella diz isso baseado em um projeto de declaração ministerial, de que somente a fixação de um preço de mercado aferindo o custo total dos serviços fornecidos poderia assegurar o equilíbrio entre a oferta e uma procura em acentuado crescimento. As medidas também poderiam "limitar os conflitos entre os habitantes do campo e os da cidade; entre agricultores e industriais, de um lado, e ecologistas e consumidores responsáveis de outro; entres regiões ricas e pobres; entre Estados participantes das mesmas bacias hidrográficas".

Conforme o raciocínio desse grupo, exportar e comercializar a água, mesmo a uma longa distância, de acordo com regras de livre comércio e livre concorrência, permitiriam "não somente realizar vultosos lucros, mas também eliminar os conflitos!" A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, que tem a sigla em inglês IWRM, seria implementada através da privatização da captação, purificação, distribuição, conservação, tratamento, já que significariam "assegurar a gestão racio-



Círio Simon - Instituto de Artes / Ufrgs

Andes-SN premia arte universitária

Na noite de 21 de junho foram divulgados e conferidos os prêmios aos vencedores do

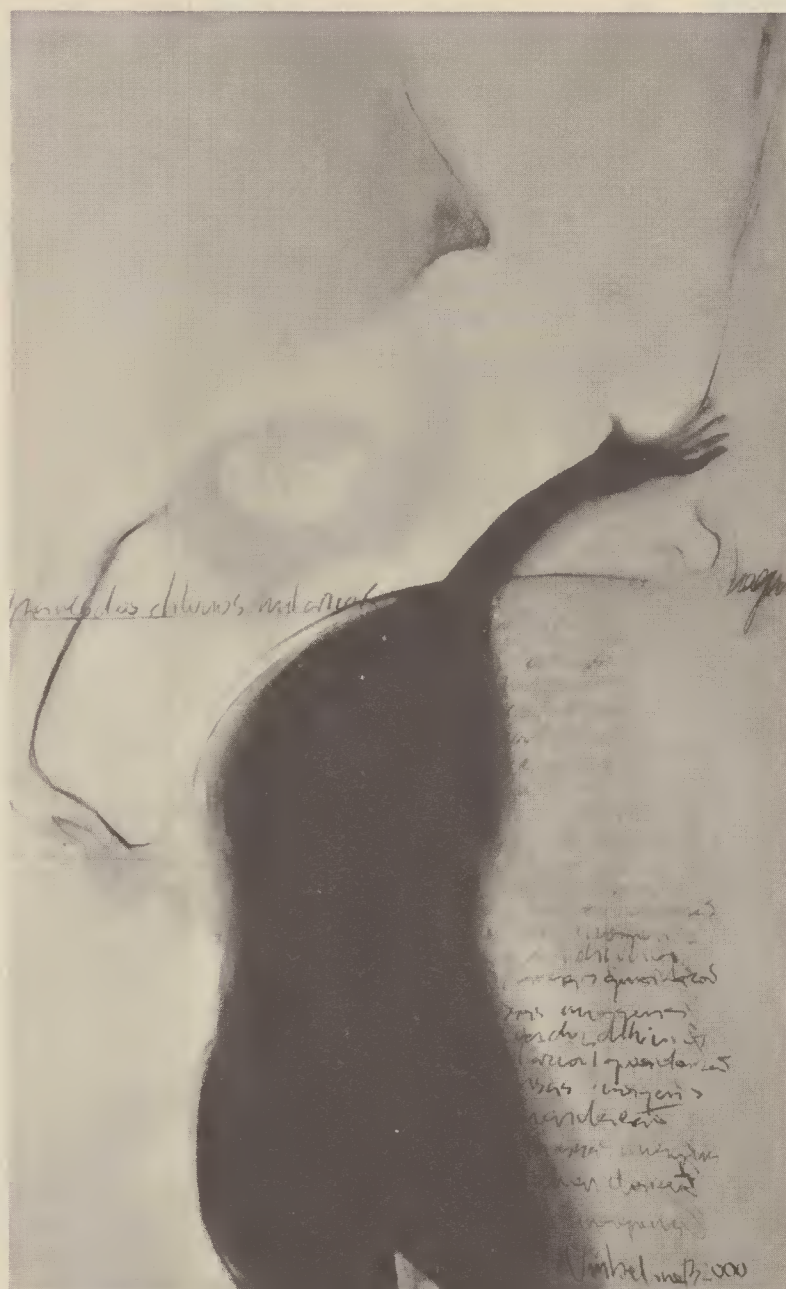
Concurso Nacional da Andes-SN. A cerimônia de entrega foi realizada no Salão Nobre da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Universidade de Minas Gerais (UFMG). O evento foi organizado e conduzido, com todo o profissionalismo necessário para esse tipo de evento, pela Associação Profissional dos Docentes da UFMG (APUBH). A cerimônia foi conduzida pelo professor Dalton Melo Macambira, presidente da Andes e pelo seu presidente licenciado professor Renato de Oliveira.

O evento teve expressiva participação da comunidade artística, dos docentes e estudantes, que apresentaram performances e concertos de piano, orquestra e coral no palco do salão nobre da Escola de Belas Artes.

O prêmio Andes foi dividido em 12 categorias. Em cada uma delas, foram selecionados os dez melhores e, dentre eles, os três primeiros colocados receberam premiação. Entre os que tiveram os seus nomes escolhidos para o 1º lugar constam: Antônio Guedes Rangel (área de música), Djakson da Rocha Bezerra (teatro), Vera Lúcia Chacon Valença (pintura), Antônio Donizete Pires (conto), Ricardo de Oliveira Ferreira (poesia), David Iannitelli (dança), Maria do Carmo Siqueira Nino (fotografia), Umbelina Maria Duarte Barreto (desenho) e Carmen Gadelha (crítica).

No plano sindical e universitário, a função da arte é essencial no seu papel de recusa de entrar no sistema. O artista pode ser apoiado, ter garantida a sua voz e vez mas, se é autêntico na sua atividade criadora, esse fato não vem modificar o seu papel crítico. Fora ou dentro do sistema do sindicato ou da universidade, ele continuará a questionar. Assim qualquer instituição ou entidade demonstra a sua sintonia com o tempo na medida em que consegue manter em seu seio uma atividade tão incontável. Mas também é seu cheque de competência. Se o conseguir, garante o que permanece realmente para e como a história e civilização. É o artista que produz o novo e a história. Leva o mérito à instituição que lhe garante o exercício crítico à cultura já existente. A arte é sempre contra a cultura e o hábito: caso contrário o homem não teria saído da floresta primordial da África.

Só personagens que possuem essa visão e sintonia garantem esse espaço. Assim o Brasil teria ainda o Rio



Obra de Umbelina Barreto, do Instituto de Artes da Ufrgs, premiada na categoria desenho

de Janeiro como capital se não tivessem tido um presidente visionário e sintonizados com os artistas para criar um novo imaginário brasileiro. A Igreja Católica teria se atomizado como instituição medieval se os papas do Renascimento não tivessem convocado os melhores artistas da época para criar o imaginário que lhe permitiu criar uma identidade diferente da medieval através da ação de um Miguel Ângelo, Rafael e Caravaggio. Os papas são acusados evidentemente como perdulários pela cultura da época que tentam romper.

Na ocasião, o Reitor (1994-1998) da UFMG, professor doutor Thomás A. da Motta Santos, conseguiu verbalizar de uma forma muito experiente a função dos líderes universitários que são portadores dessa visão ao dizer que: "A liderança universitária não deve ser confundida com um simples e primário gerenciamento".

Está carregada de toda a sabedoria essa liderança que consegue romper com o simples gerenciamento, que através desse simplório e algumas vezes perverso gerenciamento se filia ao que de mais desumano possui o capitalismo que se aferra ao controle numérico da cultura humana, preservando apenas os ritos do passado e riscando de sua folha quadriculada qualquer valor humano.

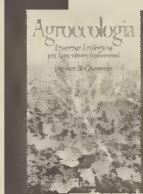
Evidente que, para ter essa visão e especialmente poder conviver com o espírito crítico, necessita-se do mais alto grau de civilização. Assim é melhor manter fora da iniciativa, de garantir espaço para arte, qualquer liderança ingênua, mal intencionada ou absolutamente subjugada pelo espírito gerenciador.

A cultura brasileira do gerenciamento da arte deixa de sobreaviso qualquer artista no Brasil, do mais ingênuo ao mais erudito. O artista sabe ser cioso de sua autonomia. Razão pela qual somente depois de uma evidente demonstração da capacidade de uma liderança, provar a sua competência de uma visão ampliadora e dar provas da sintonia fina com o sentimento de autonomia com o campo artístico, consegue penetrar nesse espaço e logra algum consenso coletivo na comunidade de criadores de arte. Assim Juscelino teve a sua Pampulha antes de Brasília e na qual provou a sua capacidade de acompanhar os vãos da instalação de uma nova estética identificadora, conseguindo assim alguma sintonia com a inteligência criadora nacional.

Um novo sindicalismo autônomo e distinto do modelo pelego gerenciador capitalista de um estado brasileiro (apesar de todos os protestos em contrário) sabe tomar iniciativas que consegue instalar um processo civilizatório onde a voz e vez é da inteligência criadora fora de qualquer heteronomia.

Quem se habilita para esse jogo perigoso? O sindicalismo possui a competência de garantir esse caminho para os sindicalizados? Uma classe erudita de docentes possui tal potência? Ou nem sabe e nem quer saber do que se está falando quando se introduz o tema da arte no sindicato?

ORELHA



Agroecologia
Processos ecológicos em agricultura sustentável
Marisa Vorraber Costa (org.)
Reflete as origens da agroecologia nos campos da ciência pura

da ecologia e da ciência aplicada da agronomia. Apresenta relatos de experiências em vários países, mostrando a necessidade dos sistemas sustentáveis de produção.
Editora da Universidade. 653p. R\$ 60,00



A literatura infantil gaúcha

Diana Maria Marchi
Traça a história da literatura infantil sul-rio-grandense de

1882 a 1990. Procura resgatar o leitor da época e pretende ser um pequeno passo para a melhor compreensão da diversidade do leitor-criança brasileiro a partir de suas leituras.
Editora da Universidade. 309p. R\$ 25,00

Mineração X meio ambiente

Isaac Kopezinski

Reflete sobre a dubia questão levantada pelo processo de extração mineral e de deposição de rejeitos: se, de certa maneira, a mineração degrada o terreno, é verdade também que ela pode ser reestruturada limitando o impacto ambiental negativo.
Editora da Universidade. 103p. R\$ 10,00



WWW

Literatura

X www.wseitor.com.br
Site da Editora WS, com lançamentos e informações sobre diversos escritores gaúchos. Divulga o projeto "Autor na sala de aula"

Cultura

X www.ad.com.br
Site do Armazém Digital, revista eletrônica produzida em Porto Alegre. Divulga atividades culturais, notícias locais e nacionais, quadrinhos, novelas etc.



Bisol: sempre que o poder se tornou bicéfalo, ele se deteriorou

Segurança pública é uma questão cultural

O secretário estadual de Justiça e Segurança, José Paulo Bisol, quer mudar o conceito de segurança pública no Rio Grande do Sul. Entre os projetos que defende, e considera essencial, está a unificação das polícias civil e militar. Na opinião dele, a mentalidade simplificada, que vê a polícia como um braço armado do Estado para eliminar o mal, gera, quando muito, medidas também simplificadas e, quase sempre, ineficazes. "Prender", diz o secretário, "é acessório em relação à importância de uma vida", apenas um dos aspectos da complexa rede composta de luta pela sobrevivência e as mais variadas formas de criminalidade. Nesta entrevista, Bisol fala de sua concepção cidadã de segurança pública e adverte que não é com um olhar apressado que se resolve problema tão intrincado.

Jéferson Assunção

AD verso - Qual a importância do programa de formação única de policiais (civis e militares), que está sendo implementado pela Secretaria?

José Paulo Bisol - Consideramos a formação única de policiais das duas corporações como uma prioridade. É o que realizamos de mais relevante, já que a nossa proposta de segurança envolve uma questão cultural, uma modificação de mentalidade. E é por aí que se produz essa transformação. Esse projeto é a nossa menina dos olhos. Acreditamos que, a longo prazo, os resultados serão muito importantes para a relação da polícia com a sociedade gaúcha.

Adverso - Que outras ações estão sendo desenvolvidas no sentido de unificar as polícias?

Bisol - Estamos promovendo uma série de articulações. Pretendemos fazer uma corregedoria conjugada. Isso ainda não ocorreu porque estamos pensando em termos de transformação legislativa, em projeto de lei. Experimentalmente, até podemos fazer antes do projeto de lei, mas falta espaço físico. Estamos aguardando a transferência, a nossa mudança para outro prédio. Junto com a corregedoria, queremos unificar o serviço de inteligência, para que as duas polícias detenham os mesmos dados, partilhem as mesmas informações.

Além disso, pretendemos fazer com que o policiamento ostensivo se dedique aos termos circunstanciados e que isso seja o começo de um processo de integração entre as duas polícias. Dessa forma, quando se tratar de crimes de baixa lesividade, a polícia ostensiva poderá avançar e ajudar mais, até no sentido investigatório.

Adverso - Na prática, quais seriam as principais vantagens dessa integração?

Bisol - Você pode fazer uma leitura da história e verificar que sempre que o poder se tornou bicéfalo ele acabou se deteriorando, pois cria uma hostilidade interna. A duplicidade de polícia cria essa bicefalia de poder e tira a organicidade do policiamento. Claro que se você pensar numa polícia integrada, ou única, você vai manter o braço ostensivo e o investigatório como em todos os lugares do mundo. Mas o que interessa é que eles se interpenetrem, estabeleçam as conexões devidas, até que, com a modificação da legislação, possa se estabelecer o princípio do ciclo de competência completo.

Adverso - Que mentalidade é essa a que o senhor diz que precisa ser mudada? É através de uma política de formação voltada para a cidadania e os direitos humanos que isso ocorrerá?

Bisol - Isso é fundamental. Nós temos uma polícia que, por sua história, tem mais experiência em agir como polícia de Estado do que como polícia da sociedade. Essa mudança, que é uma mudança cultural, para uma men-

talidade de polícia para a sociedade, é o nosso objetivo fundamental. Ela está presente em todas as nossas experiências, porque também estamos fazendo experiências operacionais. No próprio policiamento tipo patrulha, estamos fazendo experiências com as duas polícias e colocando algumas delegacias dentro dos quartéis, onde há espaço ocioso, tudo no sentido de integrar as duas polícias.

Adverso - Algumas dessas disciplinas, como Sociologia da Violência e Criminalidade, Abordagem Sociológica da Violência, Ética e Cidadania, Introdução ao Estado de Direito já existiam antes na formação de policiais gaúchos?

Bisol - Às vezes até apareciam cursos semelhantes, mas de uma forma organizada e constitutiva é novidade.

Adverso - Quais as principais dificuldades em se implantar essa nova concepção de segurança pública, principalmente sabendo-se que a população, em geral, prefere resultados imediatos?

Bisol - Olha, a principal dificuldade é institucional, no sentido de que existem obstáculos constitucionais e obstáculos legais. Você vê uma polícia com dois comandos,

“ Temos uma polícia que, por sua história, tem mais experiência em agir como polícia de Estado que como polícia da sociedade ”

uma polícia com duas legalidades, uma polícia com duas justiças diferentes, uma polícia com dois estatutos diferentes. Veja bem: comando duplo, legalidade dupla, justiça ou juiz natural duplo e os direitos e obrigações, o estatuto, duplos. Então, temos que abrir a discussão para que haja uma conscientização por parte da sociedade, até conseguirmos a organicidade necessária de dois braços policiais, que tenham um comando organicamente único, que tenham uma legalidade, um estatuto único. Nós nunca vamos conseguir uma segurança adequada às exigências sociais historicamente concretizadas se não nos dermos conta que as instituições de segurança podem repartir o tempo e o espaço da autoridade que trabalha com a violência e a criminalidade.

Adverso - Como está a questão da violência, hoje, no Rio Grande do Sul?

Bisol - Há um incremento da violência e da criminalidade no Brasil. Isso é uma coisa consensual. Em alguns Estados é maior do que em outros. Não estamos entre os Estados em que a segurança esteja mais crítica. Nem Porto Alegre está entre as cidades mais violentas, mas, nesta época de globalização, uma das globalizações mais evidentes é a do crime. O crime hoje emigra, não fica num mesmo lugar. Ele vai se tornando cada vez

mais inteligente e cada vez menos impulsivo. Vai se organizando. Quando ele se organiza, ele vai atuar num lugar em que as condições são melhores. Se a especialidade dele é, por exemplo, seqüestrar empresários, São Paulo é melhor do que Porto Alegre. Ele se fixa em lugares onde as possibilidades de "trabalho" tenham mais garantia de êxito e maior lucro. Então, não adianta você resolver a questão da segurança em um Estado. Disso é que o governo federal tem que se dar conta. Dado o caráter de globalização pelo qual o crime está passando, a sua força migratória e a passagem da impulsividade para a inteligência, a ação policial é uma ação nacional. Nós aqui temos a nossa concepção, nosso plano de segurança, mas depende muito de outros Estados e os outros Estados também dependem de nós. Em diversos casos que estamos investigando, a quadrilha se desloca daqui para Santa Catarina ou para o Paraná. Nós mesmos vamos atrás deles em outros Estados. Hoje eles têm uma mobilidade muito grande e nós temos que atuar como um todo. Até porque o processo de violência e criminalidade é um processo de desintegração da nacionalidade. É muito sério.

Adverso - Esse problema é mais grave em termos nacionais?

Bisol - Chega a ser inacreditável. Não existem estatísticas precisas sobre esses assuntos, mas os números que eu tive oportunidade de conhecer revelam que a Justiça e o Ministério Público brasileiro trabalham com 3 a 5% da realidade criminal do País. Órgãos importantíssimos, pessoas muito aparelhadas, competentes profissionalmente e bem pagas, na verdade, têm uma produção insuficiente em relação à segurança, porque estão longe de controlar o delito e a violência. Então, esse fenômeno precisa ser revisado. Mas como não vejo no Brasil essa discussão, venho propondo-a publicamente, pois acredito que, se não solucionarmos isso, tudo o que fizermos será mentira. Se houvesse uma coincidência entre o crime, a atividade policial, a atividade do Ministério Público e a atividade da Justiça, isto é, se houvesse 100% de eficiência nessa relação, não haveria presídio suficiente no Brasil. Na verdade, você tem aí 20% da criminalidade atravessando a judicialidade, e o restante está livre. Isso é um absurdo. Não vamos ser hipócritas. Até nos Estados Unidos, quando eles cuidaram de estabelecer uma correlação entre a criminalidade e a resposta judicial, a população carcerária dos Estados Unidos aumentou tanto que passou a ser um problema financeiro. Também por isso a sociedade tem que pensar duas vezes. Quer que prenda? Vamos prendê-los, mas onde colocá-los? É melhor que a gente pense coerentemente, ou seja, em melhorar o policiamento, ajustar as instituições, ter mais cárceres, mas, também, modificar o direito penal, ampliando as penas alternativas e reduzindo o encarceramento exclusivamente aos casos de periculosidade comprovada. Isso, para mim, é o correto.